

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

José Lito Salustriano da Silva

O GRUPO ESCOLAR JOÃO PINHEIRO: ASPECTOS DE SUA CULTURA MATERIAL
POR MEIO DA ARQUITETURA (1908-2015)

ITUIUTABA, MG

2021

José Lito Salustriano da Silva

O GRUPO ESCOLAR JOÃO PINHEIRO: ASPECTOS DE SUA CULTURA MATERIAL
POR MEIO DA ARQUITETURA (1908-2015)

Trabalho de Conclusão de Curso a apresentar à banca examinadora da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, para a obtenção do título de graduado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Doutor Saulóber Társio de Souza.

ITUIUTABA, MG

2021

José Lito Salustriano da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso a apresentar à banca examinadora da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, para a obtenção do título de graduado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Doutor Sauloéber Társio de Souza.

BANCA EXAMINADORA

Prof: Doutor Sauloéber Társio de Souza

Prof^a: Doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Prof^a: Doutora Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

AGRADECIMENTOS

Tecer aqui os agradecimentos não foi uma tarefa fácil, pois, foram inúmeras pessoas que passaram e estão na minha vida que contribuíram para minha formação que, acredito que sem elas, certamente, não teria conseguido chegar até o final.

Primeiramente, registro aqui minha gratidão a Deus, um Ser pessoal que transcende qualquer tentativa de definição feita por homens, mas que cabe na exatidão do Amor. Ele é expressão, corporificação do nobre, do belo e do possível. A Ele estendo o olhar nas manhãs em agradecimento por todas as oportunidades, especialmente, esta, a graduação em Pedagogia, pois sei que foi dEle o sonho inicial de que eu caminhasse por este caminho que me trouxe tanta felicidade e realizações. Foi zeloso, compassivo e nunca, assim como dito em um dos Salmos, desamparou-me ou deixou faltar-me o pão (Sl 37:25).

A gratidão vai, também, aos meus pais – Seu Zito e Dona Júlia. Desde aos primeiros anos da escolarização, acreditaram em mim, tanto que, mesmo com as dificuldades, insistiram para que continuasse estudando. Cada centavo investido era um centímetro a mais galgado rumo à realização deste que se tornou um dos mais importantes sonhos: a graduação. Gostaria de ter as palavras mais bonitas e elaborar o mais belo texto para expressar a profunda gratidão que tenho por essas pessoas especiais que tanto fizeram, que tanto se importam e que tanto me amam.

Agradeço à minha família em Monte Alegre de Minas na pessoa de minha tia Celina, pois abriu as portas de sua casa para que eu pudesse dar início à realização de meu sonho. Os três meses que passei em sua residência foram de muito aprendizado e demonstração de respeito e carinho. Sou grato e feliz pelo tempo que passei lá e por todo amor que recebi. Meu desejo é que sua casa seja sempre abençoada pelo altíssimo,

Aos amigos e amigas, a minha gratidão é imensa. Ao meu amigo Eurico, tenho muito que agradecer pela motivação inicial de encarar o desafio de sair do meu estado e estudar Pedagogia em Minas. De todas as formas me ajudou e me apoiou nas decisões que tomei. Foi um importante conselheiro, parceiro e leal. Entendeu os meus passos e até então não desviou o olhar de mim para me assistir em tudo que eu precisasse. Louvo a Deus pela sua existência e amizade. Agradeço também ao meu amigo João Paulo. Uma pessoa incrível que merece todo o meu respeito e admiração. Viu em mim potencial, grandeza e coisas que eu nem imaginava que fazia parte de mim. Foi um grande incentivador, conselheiro, enfim, mais que um irmão.

Por fim, agradeço ao mais valioso presente dado por Deus que foi meu companheiro Bruno. Alguém que entrou na minha vida num momento de adversidade (Pandemia) e que me ajudou a encarar o período de crise com cabeça erguida e todo otimismo. Hoje é meu melhor amigo, meu irmão, parceiro ajudador, conselheiro, confidente e aliado para todos os desafios que a vida puser em minha frente. A ele, todo o meu respeito, admiração e carinho por ser essa pessoa extraordinária. Gratidão sempre!

Às minhas colegas de curso que se tornaram amigas, estendo minha profunda gratidão. À Pamela, companheira de curso desde o início. Vivemos grandes coisas juntos, fomos confidentes, nos amamos, nos odiamos, mas a amizade foi mais forte. Foi importante para meu processo de adaptação, pois, mesmo sem entender meu “jeito”, me respeitou e sempre teve do meu lado, despindo-se de qualquer preconceito e vestindo-se de empatia. Foi um belo presente que o curso me deu e que quero levar para toda a vida. O meu agradecimento, também, à Mayara. Uma menina-mulher de personalidade única. Gentil, bondosa, parceira e muito comprometida com sua formação. Admiro-a muito e tenho profundo carinho e respeito. À Palloma, o meu muito obrigado por todo carinho, respeito e parceria que demonstrou para comigo. Nos tornamos amigos nas aventuras de eventos científicos e o amor pela pesquisa fez brotar amizade em nós. Desde lá procuramos cultivar essa parceria através de compartilhamento de informações, saberes e confidências. Aprendi muito com ela e tenho certeza que aprenderei ainda mais, pois ela é um oceano de conhecimentos e comprometimento. Obrigado, Palloma! Agradeço também à dupla Sara e Daniele. Amigas inigualáveis, de uma simplicidade e bondade sem tamanho. Em suas dificuldades, enxerguei interesse pelo conhecimento e, assim, forjou em mim desejo por ensinar, ajudar e buscar sempre atualizar para uma versão melhor de mim.

Agradeço aos meus professores da Educação Básica que tiveram um papel importante na minha formação escolar e humana. Todo ensinamento foi necessário e precioso para que eu pudesse fazer escolhas que me dessem bons frutos. E a graduação, hoje, é resultado desse incentivo, assim como a docência, a pesquisa e a educação como um todo.

Aos professores da universidade, todos de uma forma única, o meu eterno carinho e gratidão. À Gláucia, meu “primeiro amor” no curso. Sua forma única de ensinar, criar condições para a construção do conhecimento e por ser amiga em diversos momentos; à Cida, pessoa incrível, amada por todos e, certamente, apaixonada pelo que faz. Foi muito importante para o meu

processo formativo, na forma de ensinar, de dizer, anunciar e apontar caminhos, ou seja, direcionar para a “luz”. Foi, também, um presente dado pelo curso e alguém que sempre irei falar e lembrar com carinho; à Betânia. Embora não tivera disciplina com ela, a pesquisa nos aproximou, especialmente na busca por fonte para escrita deste trabalho. Sempre meiga, solícita, atenciosa, enfim, conquistou minha admiração, carinho e respeito. Aos demais que não citei, não que não seja grato, pois todos, com suas especificidades e qualidades contribuíram, imensamente para a construção desse trabalho e de minha formação como um todo. Todo o respeito, todo carinho, toda admiração aos professores do curso de Pedagogia.

Agradeço à coordenação e aos técnicos do curso pelo excelente trabalho prestado a todos nós que fazemos parte da família Pedagogia no Pontal. Sempre solícitas, prontas a ajudar no que fosse necessário. Muito obrigado a todos vocês!

O meu obrigado ao meu professor e orientador Dr. Sauloéber. A nossa relação de amizade e parceira começou logo no início do curso numa trajetória de pesquisa e elaboração de conhecimentos valiosos nos estudos em História da Educação. O Saulo se dispôs a me ensinar, orientar e apontar caminhos não só em nossa parceria na pesquisa, mas em minha formação como um todo. Foi um grande amigo, confidente e conselheiro. A nossa relação foi amadurecendo na Iniciação Científica e se consolidou no TCC. Foram encontros de ricos aprendizados, de risadas, troca de experiências e histórias de vida. Não sabemos se ainda continuaremos parceiros na pesquisa, mas todo o tempo vivido e experienciado forjou todos os sentimentos bons que tenho a seu respeito. Obrigado, Saulo!

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a construção originária e as reformas da edificação da atual Escola Estadual João Pinheiro. Este grupo escolar foi a primeira instituição escolar pública urbana, cujo prédio foi construído no atual município de Ituiutaba – MG, em adesão ao novo modelo educacional da então recém República Brasileira, diante disso, a questão que norteou esta pesquisa foi: como se revela a cultura material do então Grupo Villa Platina (atual E. E. João Pinheiro), nos aspectos arquitetônicos presentes na edificação originária e nas reformas estruturais no período de 1908 à 2015? Quanto a metodologia, o trabalho se trata de pesquisa qualitativa e documental cujas fontes foram: notícias de jornais (Jornal Lavoura e Comercio e o Folha de Ituiutaba), fotos, planta do prédio e documentos legais. Em relação às orientações teórico-metodológicas os autores principais utilizados foram: Vinalo Frago (2001), Funari e Zarankin (2005), Faria Filho (2000) e Ribeiro e Silva (2009). A pesquisa possibilitou identificar a cultura material no processo de construção e reformas do Grupo Escolar em suas duas fases (Villa Platina e João Pinheiro) e, também, sua transição para Escola Estadual João Pinheiro até as modificações estruturais mais recentes, o que permitiu verificar, em sua arquitetura, elementos que remetem ao higienismo (grandes janelas e pé-direito alto das salas de aula e administração), bem como, ao caráter vigilante e disciplinador, (corredores estreitos, localização da direção e pátio e organização das carteiras), característico daqueles tipos de edificações. Concluímos que a historiografia desta instituição revela grandes marcas da história da educação local, regional e nacional. Estando impressas nas modificações (reformas) e permanências da instituição, assim como, as relações de poder e políticas que existiam e se estabeleceram no âmbito da educação refletidas nos descasos sofridos ao longo das décadas e a mudança do perfil do alunado da instituição. Cada reforma relacionou-se a um contexto político, histórico e social vivenciado tanto na dimensão nacional como local e a análise da arquitetura do prédio e suas reformas possibilitou-nos entender com um novo olhar a história da atual Escola Estadual João Pinheiro.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar – República – Cultura material – Ituiutaba-MG

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the original construction and the renovations of the building of the current João Pinheiro State School. This school group was the first urban public school institution, whose building was built in the current municipality of Ituiutaba - MG, in adherence to the new educational model of the then recently Brazilian Republic. material culture of the then Villa Platina Group (now EE João Pinheiro), in the architectural aspects present in the original building and in the structural reforms in the period from 1908 to 2015? As for the methodology, the work is about qualitative and documentary research whose sources were: news from newspapers (Jornal Lavoura e Comercio and Folha de Ituiutaba), photos, building plan and legal documents. Regarding the theoretical and methodological guidelines, the main authors used were: Vinao Frago (2001), Funari and Zarankin (2005), Faria Filho (2000) and Ribeiro e Silva (2009). The research made it possible to identify the material culture in the process of construction and reforms of the School Group in its two phases (Villa Platina and João Pinheiro) and, also, its transition to Escola Estadual João Pinheiro until the most recent structural modifications, which allowed to verify, in its architecture, elements that refer to hygienism (large windows and high ceilings in the classrooms and administration), as well as, to the vigilant and disciplinary character, (narrow corridors, location of the direction and patio and organization of the portfolios), characteristic those types of buildings. We conclude that the historiography of this institution reveals great marks in the history of local, regional and national education. Being imprinted on the changes (reforms) and permanences of the institution, as well as the power and political relations that existed and were established in the scope of education reflected in the neglect suffered over the decades and the change in the profile of the institution's students. Each reform was related to a political, historical and social context experienced both in the national and local dimension and the analysis of the building's architecture and its reforms allowed us to understand with a new look the history of the current João Pinheiro State School.

Key-words: School Architecture – Republic – Material culture – Ituiutaba-MG

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Inauguração do Grupo Villa Platina em 1910 na gestão do prefeito Fernando de Alexandre	33
Figura 2: Sede da Faz Zé Marciano, Campo alegre – Dec. 40.....	34
Figura 3: E. E. João Pinheiro em uma notícia de 1944 veiculada no Jornal Folha de Ituiutaba – MG	34
Figura 4: Mansão Antiga na Rua 26 com Av. 15 S/D.....	35
Figura 5: Folha de Ituiutaba - “Concluída a reforma do Grupo Escolar João Pinheiro”(09/mai/1953).....	39
Figura 6: Notícia no jornal Folha de Ituiutaba – Depredações no Grupo João Pinheiro (10/jan/1959).....	40
Figura 7: Placa memorial da construção de novas salas na Ala direita da Escola Estadual João Pinheiro	42
Figura 8: Projeto Arquitetônico da Escola (2011)	43
Figura 9: Sala de aula da Escola Estadual João Pinheiro.....	45
Figura 10: Grupo Escolar João Pinheiro S/D.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A CULTURA MATERIAL E A ARQUITETURA ESCOLAR.....	15
2. CONTEXTO POLÍTICO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	19
2.1 A arquitetura dos grupos escolares no contexto da primeira república	23
3. AS REFORMAS EDUCACIONAIS MINEIRAS E SEUS IMPACTOS NA ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	25
3.1 A Reforma João Pinheiro (1906).....	27
3.2 A Reforma Francisco Campos (1931).....	30
4. A CULTURA MATERIAL DO GRUPO ESCOLAR VILLA PLATINA: a arquitetura	32
4.1 As reformas do Grupo Escolar Joao Pinheiro	36
4.2 Vigilância, punição, disciplinamento e higienismo na arquitetura do Grupo Escolar João Pinheiro.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

“A escola é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural... (VIÑAO FRAGO, 2001, p.77)”

A história de uma instituição escolar traz em si diversas marcas capazes de explicar muitos fenômenos de períodos temporais relacionados ao contexto a qual está inserida. Os grupos escolares, por exemplo, expressavam um projeto político de Estado e sociedade. Todos os seus referenciais apontam para um ideário de progresso, seja no currículo, formação de professores e, também, sua arquitetura, que revelava, muitas vezes, a partir de sua monumentalidade, a expressão do progresso nacional por meio da Educação – bandeira levantada pela recém República. Por isso, entendemos que a investigação sobre a história e cultura material dos grupos escolares possui uma grande importância quanto à história da educação brasileira, principalmente, no contexto da Primeira República, pois, como pontua Faria Filho (2000), foi nesse período que esta busca universalizar o ensino imprimindo, na educação nacional, os marcos dos ideais republicanos, refletindo nas iniciativas locais de projeto educacional.

Entende-se que o projeto brasileiro de modernidade¹, visualizou na escola uma forma de controle social, dominação e manutenção das estruturas de poder. Por isso, a escola, junto com a casa, constitui-se um dos lugares centrais da socialização das pessoas, e um estudo de suas transformações, pode elucidar uma linha interpretativa para entender as mudanças na sociedade (FUNARI, ZARANKIN, 2005).

Nesse sentido, nosso objeto de pesquisa dialoga com as questões supracitadas, assim, é necessário, conhecer e compreender a história, não só da instituição em si, mas, os marcos educacionais revelados nas reformas do prédio, tendo em vista a exclusividade da abordagem,

¹ De acordo com Marcondes (2004), o conceito de modernidade está ligado à ideia de progresso, no sentido de que o novo é melhor que o antigo. Há, ainda, a valorização do ser enquanto indivíduo e a superação das certezas absolutas pela subjetividade. Outro elemento importante para compreender a modernidade é a oposição dos valores (que se refere ao valor ao conhecimento adquirido, as instituições e, ainda, à autoridade externa) à tradição

já que todas as pesquisas sobre o Grupo Escolar Vila Platina dedicaram-se especificamente ao resgate de memórias, documentos e materiais didáticos (RIBEIRO e SILVA, 2003 e 2009)², assim como a pesquisa de Ferreira e Carvalho (2009)³ que aborda outros aspectos da história da instituição.

Consideramos relevante esse estudo pela sua originalidade na discussão histórico-educativa que enfoca essa instituição do ponto de vista de sua arquitetura, visto que as produções envolvendo a história e cultura material, na perspectiva da arquitetura dos grupos escolares em Minas Gerais, em especial, no Triângulo Mineiro é praticamente nula⁴. Normalmente, os trabalhos em História da Educação envolvem as dimensões didático-metodológicas e aspectos gerais da história de instituições escolares e, talvez, isso se justifique pelo fato de “[...] poucos os que se interessam por estudar a dimensão ideológica e simbólica [de um] prédio escolar” (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 137-138).

Desse modo, acreditamos que os motivos que ora apresentamos, contribuem e contribuirão, a partir das análises e reflexões, para a ressignificação dos aspectos acima citados, bem como, para a história e historiografia da educação no Triângulo Mineiro. Além disso, contribuiu para preservação da memória patrimonial, em sua dimensão arquitetônica como um símbolo do progresso e da história da educação ituiutabana e da região, constituindo-se, como um importante material de análise para pesquisadores que almejam compreender e vislumbrar a historiografia educacional impressas na cultura material de um

¹ RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, SILVA, Elisabeth Farias da. **Primórdios da escola pública Republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003, p. 163-177;

Idem. O Grupo Escolar da Villa Platina e a Educação. Variações intrínsecas sobre um prédio determinado. Org Sauloéber Társio de Souza e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. In **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia: Edufu, 2009.

² FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H.. O Grupo Escolar João Pinheiro: sua gênese e desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba (1908-1988). . Org Sauloéber Társio de Souza e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. In **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia: Edufu, 2009.

³ Ao buscar nas plataformas digitais – Capes, Scielo e BDTD – pudemos identificar um número pequeno de produções na área de Arquitetura em História da Educação. Na Capes, encontramos 8 pesquisas; na Scielo identificamos, também, 8 trabalhos, no BDTD, por sua vez, o número de teses e dissertações a partir do assunto “História da Arquitetura Escolar” foram, pelo menos 15. A respeito de uma avaliação mais profunda sobre trabalhos realizados nessa temática, consultar o trabalho A escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018), de Marcus Levy Albino Bencostta, publicado em 2019.

prédio com a importância patrimonial e histórica que tem o da atual Escola Estadual João Pinheiro.

Sendo o Grupo Escolar Villa Platina a primeira instituição de ensino pública urbana, e segundo Araújo (2003), o terceiro, no Triângulo Mineiro, cujo prédio foi construído no atual município de Ituiutaba – MG⁵ em adesão ao novo modelo educacional da recém República Brasileira que fomentou reformas educativas nos seus estados, entendemos que sua arquitetura atendeu a uma concepção pedagógica que orientou sua construção. Diante disso, o problema dessa pesquisa é a forma como se revela a cultura material do Grupo Villa Platina, nos aspectos arquitetônicos presentes na edificação originária e nas reformas estruturais no período de 1908 à 2015.

Com isso, elencamos como objetivo geral deste estudo analisar a cultura material na construção originária⁶ e as reformas da edificação do Grupo Escolar Villa Platina (1908 – 2015) presentes na história dessa instituição. Quanto aos objetivos específicos, buscamos refletir sobre a cultura material dos grupos escolares impressos em sua arquitetura, assim como, conhecer o contexto político e econômico que fomentou a implantação desse tipo de instituição escolar no Brasil, também, identificar as políticas educacionais que influenciaram a criação dos grupos escolares de Minas Gerais e, por fim, no contexto histórico local – de Ituiutaba -, refletir sobre poder, vigilância, punição, disciplinamento e higienismo a partir da arquitetura do prédio em questão.

Em relação à metodologia desse trabalho, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa. Essa abordagem, nesse caso, nos auxiliou a percorrer esse caminho da investigação com um olhar mais crítico sobre o objeto estudado, sem perder de vista a subjetividade presente na história e cultura material de um prédio.

⁵ Sobre a história de Ituiutaba, sabe-se que a região era ocupada pelos índios Caiapós até no século XVIII, quando foram expulsos pelos bandeirantes, grupos de homens que desde o período colonial brasileiro, desbravavam seu interior em busca de novas jazidas minerais e capturar indígenas. Em 1807, um grupo de bandeirantes, junto com representantes da Igreja Católica, se instalou na região do Triângulo Mineiro, formando várias povoações, dentre elas, o distrito de São José do Tijuco (1839), pertencente à vila de Uberaba. Com sua expansão e crescimento de sua popularidade, a elite urbana e rural do arraial articulou-se para instaurar sua emancipação, por meio da Lei Estadual nº 319, de 16 de setembro de 1901, promulgada como Ato Adicional, por Silvanio Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, ganhando status de vila em 1901, passando a se chamar Vila Platina. A elevação para a categoria de cidade aconteceu em 1915, recebendo o nome de Ituiutaba (SILVA, 2012).

⁶ O primeiro prédio que abrigava o Grupo Escolar Villa Platina foi demolido pelos proprietários. Ele ficava à frente do atual, onde é hoje a Escola Estadual João Pinheiro.

Em termos de conceito,

A pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, a transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (ESTEBAN, 2010, p. 127)

Quanto à natureza da pesquisa, fizemos a escolha pelo tipo documental, tendo em vista que as fontes analisadas foram documentos sobre a história e reformas, além da planta, fotos e notícias veiculadas nos jornais que compreendiam o período estudado. Nesse caso, a pesquisa documental, como um importante método para obtenção de informações, [...] subsidiada pela análise de fontes documentais, que segundo Bacellar (2008, p. 25) é a “matéria-prima para os historiadores”, possibilitando aprofundamento na compreensão da cultura material da instituição pesquisada.

Nesse caso, ao adentrarmos a instituição estudada, desenvolvemos a pesquisa, e no decorrer das etapas propostas, em três fases, nas quais, a primeira fase utilizamos da pesquisa bibliográfica, destacando autores que debatem a arquitetura escolar como Funari e Zarankin (2005), Dorea (2013), Bencostta (2001). Na segunda fase, fizemos o levantamento bibliográfico de textos específicos sobre a história dessa instituição, tais como Ribeiro e Silva (2009), Ferreira e Carvalho (2009) e Araújo (2003). A leitura dos referidos textos permitiu-nos entender a importância histórica dessa instituição, reforçando o seu significado enquanto patrimônio vivo da história educacional desde a criação até os dias atuais. Na última fase levantamos e analisamos documentos da escola como fotos, plantas dos prédios, também, notícias em jornais no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP)⁷ e, além de construir e submeter a publicação um artigo científico com os dados preliminares obtidos por meio da interpretação das análises realizadas, que balizaram o alcance dos objetivos propostos⁸.

⁷ O CEPDOMP é um espaço na web organizado pelo curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (UFU), no qual são disponibilizados documentos importantes para a preservação da história, memória e patrimônio do município de Ituiutaba.

⁸ Consideramos importante registrar aqui a dificuldade de encontrar fontes devido a incidentes sofridos pela escola, no caso do incêndio, no qual muitos documentos importantes da história da instituição foram queimados. Logo, os documentos que tivemos acesso na escola foi de períodos posteriores ao incêndio; a Pandemia da Covid-19 foi outro dificultador, pois impediu a presença nos espaços públicos onde faríamos a busca de mais fontes para adensar ainda mais a discussão.

Assim, a partir da investigação e análise dos dados pudemos possibilitar ampliações na compreensão do contexto histórico e econômico referentes à arquitetura escolar, que trazem marcos da organização escolar, bem como a importância do estudo enquanto propiciador de entendimentos acerca dos processos advindos da área educacional mineira.

Essa pesquisa está organizada em 6 seções: a primeira seção é a introdução, no qual apresentamos algumas considerações a respeito da importância de estudar a história das instituições escolares, bem como, a exposição do objeto, problema, metodologia e objetivos que nortearam nosso trabalho; a segunda parte é dedicada à uma breve discussão a respeito da arquitetura escolar, considerando seus signos e significados no estudo historiográfico educacional; a terceira parte, por sua vez, apresentamos o contexto de criação dos grupos escolares na primeira República e algumas considerações acerca da arquitetura escolar naquele período; na quarta seção, trazemos as principais reformas educacionais mineiras que fomentaram a criação e expansão dos grupos escolares no estado; a quinta seção é dedicada à análise dos dados obtidos na pesquisa, como fotos, notícias de jornais, planta do prédio e documentos da escola, sobre a criação e reformas do Grupo Escolar João Pinheiro; na última parte, trazemos as considerações finais sobre a investigação.

1. A CULTURA MATERIAL E A ARQUITETURA ESCOLAR

[...] a escola é, antes de tudo, um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber “legítimo” (FUNARI e ZARANKIN, 2005).

O mundo que nos cerca é composto por elementos da natureza (montanhas, cachoeiras, bosques, etc.) e aqueles que foram elaborados pela ação humana, em especial as edificações (moradias, prédios públicos e comerciais e espaços de lazer e circulação). Estas últimas são fruto de projetos pensados e desenhados para atender à

determinadas finalidades da cotidianidade humana. Essa característica faz com que, segundo Zarankin (2001) citando King (1980) e Markus (1993a e b), as estruturas arquitetônicas tornem-se um produto cultural de sentido e intenção, compondo, portanto, a cultura material de uma determinada sociedade.

As teorias atuais sobre arquitetura escolar sugerem que a estrutura física e a organização física, isto é, a cultura material de uma escola, são potenciais que interferem no aprendizado dos alunos, e nesse trabalho, analisamos esses aspectos educacionais de um prédio em sua arquitetura a partir de sua cultura material. Segundo Funari e Zaranin (2005), a cultura material escolar é composta por dois grandes elementos estruturais: “[...] o edifício, ou artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta [...]” (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 137).

Uma das produções humanas que mais impactam a vida e o destino das sociedades é a escola e nessa pesquisa estudamos a dimensão espacial de uma instituição escolar nos aspectos temporais, a saber, a história. O estudo da dimensão espaço e tempo de uma escola revelam-nos importantes marcas para a compreensão da constituição de sua identidade. Segundo Viñao Frago (2001), existe uma relação entre as dimensões espaço e tempo quando a questão envolve educação, e seu espaço principal é a escola, lugar onde acontece, de forma pontual, práticas educativas. Para esse autor,

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 61).

Em outras palavras, a dimensão espacial, no caso da escola, é um importante elemento de compreensão de uma prática educativa. Essa atividade não acontece sem que haja um espaço planejado (ou não) e construído para essa finalidade, de modo que não há como imaginar educação, como uma prática, sem a existência de um lugar para tal, e, embora essa prática aconteça em diversos âmbitos, o seu principal, ainda é a escola.

Conforme Viñao Frago (2001), a escola é um lugar, e sua configuração arquitetônica interfere na formação das

[...] estruturas mentais básicas das crianças, adolescentes e jovens. Estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas

que, diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontram, p. 64)

Por isso, entendemos o espaço como um construto social, consequência de ações humanas de intencionalidade e, por isso, carregado de subjetividade, haja vista que, “[...] o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam” (VIÑAO FRAGO, 2001, p.64).

Tendo em vista a intencionalidade do projeto arquitetônico escolar, nomeia-se o espaço escolar como uma dimensão de relações a partir dos desdobramentos físicos em que cada cômodo se insere e a disposição dos corpos, atendendo ou não um objetivo maior (disciplina, vigilância, aprendizagem, etc.). E estes espaços em que os que os sujeitos circulam definem o caráter físico determinante deste lugar como único em relação a outros.

A arquitetura escolar, nesse sentido, caracteriza-se como um elemento importante para se pensar a intencionalidade dos projetos que se referem à socialização, aprendizagens e produção cultural, não só pelo trato com conhecimentos disciplinares, mas o potencial educativo que existe em um prédio escolar e também seu papel de poder, dominação e práticas de ensino do saber “legítimo” (FUNARI e ZARANKIN, 2005).

Santos (2009), ao analisar a arquitetura dos grupos escolares sergipanos nas primeiras décadas da República, argumenta que aqueles edifícios cumpriam a função de legitimar um modelo de escola, transmitir uma “educação visual”, a partir de seus “contornos estéticos”, no qual a população que circulava ao seu entorno pudesse visualizar uma construção que fosse diferente das demais. O autor considera ainda que,

O prédio escolar também pode ser visto como um complexo sistema de símbolos. Elementos ecléticos como as cornijas não foram empregados ingenuamente, tendo em vista que toda ação humana tem uma vontade. Representações como a coluna cilíndrica, presente na fachada poderiam simbolizar a firmeza, a virilidade (ESCOLANO, 2002, p. 38). Já o escudo como um globo semi-esférico pode ser visto como o útero protetor, ou seja, o grupo seria para o aluno o segundo lar. Outro elemento de significação importante é o muro, que era o meio de delimitar o espaço da coletividade escolar. Pode-se perceber que uma construção, assim como qualquer ação humana é permeada de vontades, desejos, conflitos; nunca se dará de forma inóxia (SANTOS, 2009, p. 11-12)

Os elementos estéticos observados pelo autor revelam a intencionalidade desse tipo de construção. Percebemos que cada detalhe era projetado e construído com uma finalidade e

carregada de simbolismos, como expresso na citação. Os muros, por exemplo, dão a ideia de delimitação do espaço da criança, uma vez que naquela época as crianças viviam livres, desfrutando de uma liberdade que lhes eram próprias e, subitamente foram submetidas a um espaço confinador que limitava sua liberdade. Todos esses apontamentos trazem em si tem todo um simbolismo, de modo que dentro da escola o poder estava nos professores e direção, representantes do estado.

Salientando esse pensamento, recorreremos a Zarankin (2001), assegurando que

Os prédios são objetos sociais, e como tais estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são um simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são partícipes ativos na formação das pessoas. Dito de outra forma, a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de transformá-la em “real” (material), para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material (ZARANKIN, 2001, p. 41).

Infere-se, portanto, que a arquitetura de um prédio, carrega uma porção de significados oriundos de seu contexto histórico, social, econômico e cultural, tal como o investigado nesta pesquisa, tendo em vista o seu valor para a educação do município mineiro desde a criação até sua contemporaneidade. Ou seja, sua estrutura original e transformações não estão desvinculadas da realidade local, tampouco das exigências nacionais do ideal de educação outorgadas desde os primeiros anos da República Brasileira, mesmo que, na maioria dos casos, ficando a caráter de discurso, apenas.

Segundo Zarankin (2001), ao citar Foucault (1987), a arquitetura pode ser compreendida como uma tecnologia do poder. Em outras palavras, serve como ferramenta para produzir indivíduos disciplinados e assim, gerar estratégias para a reprodução deste efeito. Nesse sentido, a escola acaba se tornando, também, um desses aparelhos de disciplinarização, um espaço planejado para cumprir as finalidades pré-estabelecidas, sendo uma delas, implícita ou explicitamente, a acima citada.

A forma como os espaços são dispostos em um prédio diz muito sobre a intencionalidade de quem o projetou e/ou organizou. No caso da escola, em seus diferentes formatos, em especial aquelas instituições, cujo prédio possuem uma arquitetura tradicional, revela o caráter educacional disciplinador presentes em suas paredes, salas, corredores e pátios ou mesmo a sala da direção como o caso da instituição pesquisada.

Zarankin (2001, p. 42) afirma que “A arquitetura cria limites artificiais onde o corpo é confinado e educado. Assim, um prédio regula a forma como as pessoas encontram-se no espaço, e, portanto, oferece certos tipos de relacionamentos entre elas”. Nesse sentido, o controle dos alunos e das práticas escolares acontece na medida em que pessoas e coisas são distribuídas decorrentes da organização espacial, e essa conduta disciplinadora não se dava apenas no ambiente de uma sala de aula, mas em toda a estrutura predial, de modo a vigiar e punir aqueles que não obedeciam aos professores e diretores.

E com essas características foram criadas no Brasil, no início da República, instituições educacionais, denominados “Grupos Escolares” como parte de um projeto nacional de desenvolvimento. As concepções de ensino, currículo, formação docente e, especialmente, de arquitetura escolar se configuram para atender a esses interesses, de modo a conjecturar nas décadas seguintes do século XX um novo Brasil, uma nova sociedade e uma nova Educação.

2. CONTEXTO POLÍTICO DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

[...] esforçavam-se os governos republicanos estaduais para construir prédios escolares, conformando os primeiros Grupos Escolares. A reunião das escolas isoladas em grupos permitia, por um lado, um maior controle do trabalho docente, pela introdução da figura do diretor. Prestava-se, por outro, ao desenvolvimento do ensino em classes graduadas, substituindo o ensino multisseriado (VIDAL, 2000, p. 499).

A Primeira República Brasileira teve início em 1889, com a proclamação feita pelo Marechal Deodoro, até o ano de 1930 com a tomada do poder por Vargas. O marechal era uma figura que representava uma parcela da população brasileira que questionava os privilégios do sistema político no Brasil até então: a monarquia. Com a

implantação da República esperava-se a superação de uma direção conservadora e dos atrasos econômicos, políticos e, essencialmente, educacionais presentes na administração imperial. A República deveria ser, nesse sentido, o início de uma nova ordem de desenvolvimento e progresso, uma investidura para uma nação à altura das demais repúblicas. De acordo com Yazbeck (2007, p. 121)

[...] no processo de transição da Monarquia à República, o discurso de então afirmava ser preciso modernizar o país. As idéias veiculadas pelas elites, que participaram da criação do Partido Republicano Brasileiro, em 1870, com destaque para a elite paulista, envolviam os paradigmas civilização e cultura, daí a valorização do papel reservado à formação escolar primária.

A introdução dessa era no Brasil representaria, segundo Schueler e Magaldi (2008) o início de novos tempos, expressos na modernidade⁹. A educação foi a principal marca da ideia de desenvolvimento republicano, impressa na expansão do ensino elementar traduzido nos grupos escolares, especialmente, na suntuosidade de muitos de seus prédios (DOREA, 2013).

Segundo Gomes (2002), um dilema educacional no Império e na República era centralização-descentralização da instrução elementar, uma vez que o Ato Adicional de 1834 incumbia às províncias a responsabilidade pelo provimento de recursos para a educação de seu povo, sendo este um problema sério de desigualdade, tendo em vista que cada província apresentava sua singularidade no que diz respeito instituição e manutenção de sua educação, além da discrepância econômica nas províncias do Estado imperial. No contexto republicano não foi diferente, tanto que “a Constituição de 1891 não trouxe alterações significativas no que tange à distribuição de competências” (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p. 40), ficando ainda a cargo dos estados e municípios a responsabilidade pela instrução primária e secundária,

A instrução primária, assim como no Império, foi na República a aposta para elevar o Estado brasileiro aos rumos do progresso, como apontou Diana Vidal (2006), a representação de um modelo de escola pública elementar, conferindo-lhe um caráter de *escola de verdade*.

⁹ De acordo com Marcondes (2004), o conceito de modernidade está ligado à ideia de progresso, no sentido de que o novo é melhor que o antigo. Há, ainda, a valorização do ser enquanto indivíduo e a superação das certezas absolutas pela subjetividade. Outro elemento importante para compreender a modernidade é a oposição dos valores (que se refere ao valor ao conhecimento adquirido, as instituições e, ainda, à autoridade externa) à tradição

O principal exemplo para expressar os esforços políticos, no Brasil, de transformação do status da educação elementar da época foi a primeira escola experimental criada em São Paulo, servindo como parâmetro para as demais escolas republicanas.

O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros (SCHUELER e MAGALDI, 2008, p. 43).

Para as autoras, baseados no modelo paulista, a criação e construção de grupos escolares tornar-se-iam a principal marca da recém República e símbolo de uma nova era nos rumos da educação nacional. Tanto que a iniciativa em São Paulo se propagou por inúmeras cidades – grandes e pequenas – em diferentes estados¹⁰, obedecendo aos critérios de “uma arquitetura monumental e edificante, que colocava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar o regime republicano, seus signos e ritos” (2008, p. 43)

Na tentativa de superação do passado com um cenário de economia agrária no Império, os republicanos cultivavam a ideia de desenvolvimento econômico e civilização da população por meio da educação, uma vez que,

Ainda que o projeto de modernidade tenha sido excludente, ficava evidente nas ideias dos intelectuais e nos discursos políticos a necessidade de progresso, a idealização de formar um cidadão cívico e moral a partir da escolarização, sendo que o analfabetismo era considerado um dos grandes entraves ao avanço do país. A escola era pensada pelos intelectuais dos anos 1920 como solução para os problemas da República Brasileira. (REIS; MARTINEZ, 2012, p.28)

Segundo os autores, o projeto brasileiro de progresso tinha como fundamentos a reorganização da educação nacional, haja vista o número ainda grande de analfabetos que era tido como o principal entrave para o desenvolvimento não só econômico, mas, moral e cívico,

¹⁰ De acordo com os estudos de Diana Vidal, os estados brasileiros que implantaram este tipo de instituição na Primeira República foram: Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916), Goiás (1921) e Piauí, em 1922.

a promulgação de leis e promoção de discussões sobre o destino da instrução escolar brasileira fomentou o início de movimentos em prol da educação, tendo como principal deles o Escolanovismo. Sobre esse movimento, Vidal (2000) apresenta que:

Na constituição de um discurso renovador da escola brasileira, a “Escola Nova” produziu enunciados que, desenhando alterações no modelo escolar, desqualificavam aspectos da forma e a cultura em voga nas escolas, aglutinadas em torno do termo “tradicional”. Era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do “novo” nessa formação discursiva. Operavam-se, no entanto, apropriações do modelo escolar negado, ressignificando seus materiais e métodos (p. 497).

O Movimento da Escola Nova teve início na década de 1920 em que são reverberados pensamentos sobre uma nova concepção de educação ou “nova pedagogia”. Nesse período, segundo Nagle (2001), projeta-se um novo modo de reorganização das instituições de ensino, no qual busca a superação da influência do ensino religioso presentes no currículo escolar da época, em razão dos princípios de laicidade que deram início a partir de seu estabelecimento na Constituição de 1891. De acordo com Schueler e Magaldi (2008), os denominados “escolanovistas” defendiam um modelo de ensino baseado na publicidade e laicidade, ou seja, neutra e ausente de interferências religiosas na formação escolar dos alunos

Em resposta às prerrogativas dos escolanovistas, os católicos iniciam um movimento para a manutenção de seu poderio em relação ao ensino das escolas brasileiras. Segundo Schueler e Magaldi (2008, p. 48), “enquanto que os escolanovistas enfatizavam o Estado – e a escola pública – como principal instância educativa, os católicos assinalavam a preeminência da família e da Igreja na educação e na civilização da sociedade”.

Em síntese, os pensamentos referentes ao movimento da Escola Nova que surge nesse período convergem com os ideais republicanos de educação lançados desde sua gênese. Concordando com a discussão estabelecida nesse estudo, vemos que tanto o interesse político quanto as falas de pensadores sugerem a mudança de uma educação que dialogue com as iniciativas internacionais, elevando o país ao status de nação desenvolvida. O resultado desses pensamentos e movimentos refletiram, conforme as autoras citadas, na criação de políticas educacionais – reformas – nos estados brasileiros, incluindo Minas Gerais, como foi a Reforma Francisco Campos (1927-1930), a qual discutiremos na seção 4.

2.1 A arquitetura dos grupos escolares no contexto da primeira república

Comumente cogitamos a escola como uma instituição abstrata, uma entidade de garantias para diversos conhecimentos que nos serão úteis para toda a vida, ignorando sua concretude, bem como, as informações que sua materialidade pode representar em seu caráter histórico e social, contidos em sua cultura material.

O espaço físico, nesse sentido, influencia a forma como as pessoas convivem nele e também estimula e/ou facilita o ensino. Ainda muitas vezes, pensamo-la como “um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber “legítimo”” (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 138). Todavia, o projeto arquitetônico dialoga não só com uma proposta pedagógica, mas referencia a ideologia das estruturas sociais do poder.

Segundo Bencostta (2005), a arquitetura e o espaço escolar, além de ser um lugar de memória são também campos de atuação de poderes traduzindo o perfil das políticas educacionais que fomentaram sua construção, assim como, se articulam para se estabelecer como um espaço de transmissão de saberes legitimados. Em outras palavras, esta estrutura arquitetônica, planejada e organizada para a prática do ensino e aprendizagem, tornou-se, na sociedade moderna, um local de produção e reprodução dos ideais de um determinado projeto de sociedade.

Segundo Funari e Zarankin,

[...] somos herdeiros de uma escola como instituição disciplinar, moldada em paralelo às prisões, como lugar controlado e destinado ao controle de corpos e mentes, para usarmos uma expressão cara a Foucault. A reprodução dos saberes e a absorção de comportamentos regrados constituem elementos centrais da escola moderna, filha do Iluminismo e dos Estados nacionais, preocupados em criar cidadãos que compartilhassem valores e forjassem uma única identidade. A escola é um elemento essencial para o Estado nacional, na França, desde a Revolução, e muito mais tardiamente no Brasil, já que a inclusão da população na esfera do Estado só se dará com o século XX avançado. (FUNARI, ZARANKIN, 2005, p. 136).

Nesse sentido, encara-se a escola, como uma instituição que é pensada pelo Estado, como aparelho de controle social e exercício do poder, a saber, no final do século XIX e início do século XX, no contexto brasileiro, especificamente, no qual, com a iniciativa dos grupos

escolares, representava o ideal republicano de progresso, fomentando à introdução no conceito de Estado-Nação (RIBEIRO; SILVA, 2009).

Depois da iniciativa paulista, é divulgada a ideia reverbera-se em Minas Gerais pelo então inspetor de ensino Estevam de Oliveira (FARIA FILHO, 2000), todavia, só em 1906, que o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, implantou a reforma do ensino primário e normal, que leva o seu nome, “por meio da lei 439, de 28 de setembro de 1906”, que os grupos escolares foram instaurados no estado mineiro. (FERREIRA; CARVALHO, 2009, p. 83).

Nesse contexto, pensando nas realizações mineiras para a educação escolar, Araújo (2006) aponta que “os grupos escolares também são concebidos como expressão arquitetônica, direcionada a um modo político de contemplá-la” (p. 237). Sobre os grupos, Faria Filho e Vidal (2000) argumentam, também, que, além de permitir aos republicanos superarem o passado imperial, a partir desse “modelo” de ensino e estrutural-arquitetônico, “projetavam um futuro, em que, na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressiva” (p. 25).

Em outras palavras,

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela educação pública, quanto à disseminação do ensino primário e à constituição de edificações escolares adequadas nas diversas regiões do país, os estabelecimentos escolares, durante as primeiras décadas da República, convertem-se em lugar de referência para as cidades e passam a ser tomados como “modelo” (DOREA, 2013, p. 168)

Percebe-se que, tais edificações, representadas pelos grupos escolares, demonstravam o caráter desenvolvimentista presente no ideário republicano brasileiro, na tentativa de projetar o país no cenário mundial diante aos países desenvolvidos. E na arquitetura escolar, buscou-se tal referência, considerando os aspectos estéticos e estruturais dessas construções, na medida em que iam se espalhando pelo interior dos grandes estados brasileiros, como por exemplo, São Paulo e Minas Gerais (FARIA FILHO, 2000).

O espaço escolar, expresso nos grupos, passava “a exercer uma ação educativa dentro e fora de seus contornos” (SOUZA, 1998, p. 124). Nas décadas de sua implantação e expansão pelo território nacional, a monumentalidade de suas edificações caracterizava a representatividade de um ideal republicano de modernidade. Nesse sentido, “a arquitetura

escolar haveria de simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública. O lugar de formação do cidadão republicano teria que ser percebido e compreendido como tal” (p. 124).

E a forma de demonstrar à população as transformações educacionais propostas e promovidas pela República foi por meio de grandes edificações denominadas Grupos Escolares, na maioria dos casos, símbolo da arquitetura neoclássica em grandes cidades da época. E nesse caminho, o ideal republicano acabava se espalhando pelos estados, que promulgavam suas leis para criação e manutenção dos grupos escolares em seus territórios. No estado de Minas Gerais foram criadas muitas reformas, porém, as mais expressivas foram a Reforma João Pinheiro (1906) e Reforma Francisco Campos (1927-1930), como poderemos verificar na discussão da próxima seção.

3. AS REFORMAS EDUCACIONAIS MINEIRAS E SEUS IMPACTOS NA ARQUITETURA ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A escola impõe às crianças uma “oposição e ruptura com relação a seu espaço cotidiano de vida, a sua forma habitual de estar, falar, mover-se e atuar”, e como alunos são “submetidos a toda uma ginástica contínua que lhes é estranha: saudar com deferência ao professor, sentar-se corretamente, permanecer em silêncio e imóveis, falar baixo e depois de havê-lo solicitado, levantar-se e sair ordenadamente”. Alunos devem ser transformados em bons trabalhadores, e a “maquinaria escolar” [...] seria a bigorna sobre a qual o professor depositará estas naturezas de ferro para forjar com paciência e obstinação o futuro exército do trabalho (VARELA; ALVAREZ-URIA, 2000, p. 45.)

A Instrução primária na República Brasileira, no que diz respeito a construção de escolas e as políticas públicas para implantação das mesmas, era de responsabilidade dos estados, salvo quando alguma ordem religiosa o fazia por “caridade”, resultado, muitas vezes, da omissão estatal em não assumir essa responsabilidade, não tendo sequer, segundo Romanelli (2001) diretrizes legais para traçar a organização e destino deste nível de ensino, acarretando a inviabilidade de ações concretas dos estados, conduzindo a educação primária cada um a seu próprio modo, pelo menos até a criação da Lei Orgânica do Ensino Primário.

Assim, como os demais estados da federação, Minas Gerais inicia uma corrida para criação e implementação de políticas educacionais para guiar os rumos da instrução pública mineira. Com isso, a exemplo do que foi em São Paulo, Minas Gerais inicia o processo de rompimento com a instrução rudimentar, ofertada nas escolas isoladas, racionalizando-a, a partir da criação de grupos escolares, em detrimento da iniciativa da recém República brasileira, como destaca Yazbeck (2007)

A criação de grupos escolares, no início do período republicano, significou a iniciativa da Província de Minas Gerais, como já havia ocorrido na Província de S. Paulo, no sentido de uma racionalização do ensino, ampliando a possibilidade de acesso à educação às camadas média e baixa da população (p.120).

Nesse sentido, influenciados pelo pensamento político-educacional dos republicanos e “os princípios defendidos por Ruy Barbosa” que visavam “preconizar” a escola como um meio para tornar o cidadão apto para participar da “ordem republicana liberal”, políticos mineiros como Joao Pinheiro¹¹ e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, inferiram no cenário de Minas Gerais, por meio de reformas na educação, a priorização do ensino básico e a formação

⁷ João Pinheiro da Silva foi um político, advogado e industrial mineiro que nasceu em Serro em 16 de dezembro de 1860 e faleceu em Belo Horizonte no dia 25 de outubro de 1908. Fundou, em 1888, na cidade de Ouro Preto, o Clube Republicano, precursor do Partido Republicano Mineiro. Criou, também, a folha republicana "O Movimento" Foi vice-governador interino de Minas Gerais em 1890, sendo, mais tarde, nomeado efetivo. Eleito, em 1891, deputado federal à Constituinte de 1891, mas, desanimado com os rumos da política, afastou-se para dedicar-se ao trabalho, que possuía com a família, na indústria de cerâmica. Em 1906 foi Presidente de Minas Gerais e articulou e promulgou uma das principais reformas educacionais de Minas Gerais, que recebeu o seu nome. Por sua trajetória política, João Pinheiro tornou-se uma das principais referências políticas brasileira do regime republicano no início do século XX. No ano de 1911, uma cidade de Minas Gerais é batizada com seu nome em homenagem ao político mineiro.

de professores, como instrumento de “buscar a modernização, através de uma formação disciplinadora associada à adoção de práticas de higiene” (YAZBECK, 2007, p. 121). Dentre os ordenamentos legais de reforma e organização do Ensino primário mineiro, as principais são: a Reforma João Pinheiro (1906) e a Reforma Francisco Campos (1931).

3.1 A Reforma João Pinheiro (1906)

A primeira legislação que regulamentou a criação dos grupos escolares em Minas Gerais foi a Reforma João Pinheiro (MINAS GERAIS, 1906), em 1906, que, por sua vez, instaurou uma nova organização da educação escolar pública mineira. Assim, “na concepção da nova legislação, a escola passava a ser considerada um dos pilares que sustentariam a estrutura republicana, através da difusão do ideal de pátria e dos princípios morais, identificadores da nação” (YAZBECK, 2007, p.120)

Não só no contexto nacional, mas, na realidade mineira, os objetivos da educação buscavam sua base na premissa republicana de desenvolvimento intelectual, moral e econômico. Mesmo com as dificuldades para a difusão dos elementos centrais à modernidade, como a hierarquia e conservadorismo presentes na sociedade mineira, que era, tipicamente, agrária, as políticas que foram instauradas no estado de Minas Gerais seguiam o modelo do que vinha sendo feito pelo governo brasileiro desde o início da República (CARVALHO e CARVALHO, 2013), como o caso da instalação dos grupos escolares.

Segundo Silva e Ribeiro (2009),

Os Grupos Escolares se instalaram no Estado de Minas Gerais, com a denominada “Reforma João Pinheiro”, formalizada pela Lei nº 434 de 28 de setembro de 1906, quando o ensino laico se sobrepôs ao confessional e a racionalidade tomou o lugar da fé nos bancos escolares, pois, sob o governo de João Pinheiro, ocorreu a abolição da instrução religiosa nas escolas públicas, bem como os subsídios estaduais aos seminários. (p.7).

Um dos aspectos centrais da legislação era o preparo do professor, que consistia na preeminência da atuação feminina no magistério, devido aos atributos apregoados à elas, como mãe e dona do lar. Tal atribuição retoma ao instituído na criação da Escola Normal em Minas Gerais, em 1892, por Afonso Pena, no qual conferia a importância da preservação do papel feminino na sociedade, como abaixo citado.

[...] a mulher melhor [...] cultiva o caráter infantil, e a professora competente é mais apta para a educação sem os desvios do espírito, sem corrupções do coração sem degradação do carácter. (Reforma Educacional de João Pinheiro, 1906, p. 7).

Desse modo, conforme se lê, com a presença feminina atuando no magistério, a escola, seria uma extensão do lar, reforçando o caráter pragmático da profissão docente, em relação ao gênero, na educação primária naquele período.

Tal concepção conferida às mulheres se estendia não só ao caráter materno ou atividades domésticas, mas também às condições de trabalho, como os baixos salários. De acordo com a reforma, “Accresce que a professora com mais facilidade se sujeita aos reduzidos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado”. (Reforma Educacional de João Pinheiro, 1906, p.7).

Esse aspecto da lei é de suma importância para a reflexão nesta pesquisa, a saber, nos aspectos estéticos arquiteturais, porque, ao observarmos as fachadas dos grupos escolares da época, percebemos semelhanças com os casarões do período.

No tocante ao cumprimento da lei, era imprescindível haver uma fiscalização e monitoramento para que concebesse a devida manutenção das atividades administrativas, paralelas às dos professores e seus grupos. Havia, portanto,

Um sistema rigoroso de inspeção escolar foi estabelecido e denominado como “a alma do ensino”, e o Estado de Minas Gerais foi dividido em quarenta circunscrições, que seriam percorridas pelos inspetores, agentes de confiança do Governo. A tarefa desses inspetores (todos do sexo masculino) seria a de fiscalizar as escolas e orientar os métodos de ensino e o material pedagógico, com vistas a “abrir aos professores uma maior assistência” em suas condições de trabalho (CHAMON, 1996, p. 166).

Existia, assim, uma aparente preocupação com a “qualidade” do ensino proposto pelos reformadores, não ficando restrito apenas ao caráter ideológico, mas, como aponta Carvalho (2012), atendia “à instrução-educação, acrescentaram uma meta prática voltada à política de desenvolvimento estatal” (p. 226).

Vale ressaltar que um dos pilares da Reforma João Pinheiro (MINAS GERAIS, 1906) era a criação de grupos escolares seguindo o modelo do primeiro criado em São Paulo em 1892. Não só os aspectos arquitetônicos – suntuosidade monumentalidade -, mas, também, na dimensão metodológica, tendo em vista que, “Nesse modelo [o paulista], o grupo escolar condensava a pretendida modernidade pedagógica, e o método intuitivo era central na

institucionalização de um sistema de educação pública modelar” (CARVALHO, 2000, *apud* CARVALHO, 2012, p. 223; *grifo do nosso*). Assim, segundo a autora, além de promover a expansão desse modelo de ensino por todo o estado mineiro, principalmente na capital, sugeria-se a adesão técnica à metodologia do ensino seriado. Este consistia, essencialmente, em:

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso — essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse Estado e empréstimo de técnicos passam a ser a rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros Estados (e também do Distrito Federal) tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República (CHAMON, 1996, p. 166).

A respeito do quantitativo de grupos escolares, desde a Reforma João Pinheiro, em 1906, Yazbeck (2007) aponta que:

Até 1909 contabilizaram-se cinquenta e sete grupos criados no estado de Minas Gerais. Estes números apontam o caminho da ampliação destas instituições educacionais e a também a sua consolidação em todo o estado, no decorrer dos primeiros tempos republicanos (p. 122).

O que revela, segundo a autora, um “esforço” dos governos para que se consolidasse esse tipo de instituição no estado de Minas Gerais e, também, garantir a extensão do acesso das camadas sociais à instrução pública. Mesmo reconhecendo a validade das iniciativas do poder público, há de se ressaltar que, segundo Carvalho (2012), mesmo havendo intensivo interesse e criação de grupos escolares, a própria norma se sabotava, uma vez que, seguindo o caráter da produtividade, em que cada turma, conseqüentemente o grupo deveria ter “[...] frequência mínima, para manutenção de uma escola primária, a qual seria de 20 alunos por turma” (FARIA FILHO; VAGO, 2000, p. 39), caso contrário, a instituição seria fechada. O que de fato aconteceu, pois, cerca de 300 escolas encerraram suas atividades.

3.2 A Reforma Francisco Campos (1931)

Os idealizadores da Reforma Francisco Campos foram Antônio Carlos Ribeiro de Andrada¹², governador de Minas Gerais, e Francisco Luís da Silva Campos¹³, intelectual e político proveniente da resistente oligarquia mineira e secretário de interior. Essas duas figuras faziam parte do quadro de “intelectuais-políticos” que, semelhante aos seus pares da época (agiam de forma a ter apoio do povo como da elite, quando convinha), sustentando o discurso de buscar suprir as necessidades do povo e contribuir para a construção do projeto de modernidade brasileira (CARVALHO e CARVALHO, 2013).

A proposta de Campos atendia um pensamento “modernista”. Porém, num trecho de um de seus discursos percebe-se o caráter conservador do modelo educacional pensado pelo político, ao apontar que:

Si a escola, porém, pela educação, adapta a creança á vida social, fazendo-a assimilar a ordem 30requência30 e moral reinante, de que é um poderoso instrumento de conservação, ella, por sua vez, como órgão de aspirações e de ideaes, reage sobre a sociedade, a cujo serviço é destinada, introduzindo-lhe na circulação fermentos e reactivos que lhe provocam alterações e transformações profundas, agindo, quer 30requência30a30, por influencia directa, quer mediata e indirectamente, por intermédio dos futuros cidadãos, cuja 30requência30a e cujo character receberam a marca da sua influencia, indelével por que impressa em metal ainda em via de resfriamento e de condensação e, por conseguinte, plástico e ceroso. (CAMPOS, 1930, p. 13).

Vemos, portanto, que sua fala remete a uma ideia de modelagem da criança à estrutura social, ou seja, a escola teria o papel de transformar aquele indivíduo em um ser que se enquadre nas regras sociais de seu tempo, ganhando a forma do modelo social, como descrito na metáfora do metal quente que ganha a forma desejada de quem o manipula e para a sociedade que se almeja: a moderna.

⁸ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi um político brasileiro que nasceu em Barbacena – MG em 5 de setembro de 1870 e morreu no Rio de Janeiro – RJ no dia 1 de janeiro de 1946. Em sua carreira política, foi prefeito da capital mineira, Belo Horizonte, foi também, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, além de senador da República, ocupou o cargo de presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1932-1933, ministro de estado e, por fim, presidente do estado de Minas Gerais quando, junto com Francisco Campos, articulou a legislação conhecida como Reforma Francisco Campos.

⁹ Falar sobre Francisco Luís da Silva foi um advogado mineiro que nasceu em Dolores do Indaiá em 18 de novembro de 1891 e faleceu em Belo Horizonte no dia 1 de novembro de 1968. Em sua trajetória profissional, Campos atuou como advogado, professor jurista, e na política, foi um importante político brasileiro, responsável pela articulação da reforma educacional mineira que recebeu seu nome, além de ser redator da Constituição brasileira de 1937 e do AI-1 do golpe de 1964.

A década de 1920 é muito importante no que se refere às novas ideias e ideais de educação, como forte influência do capitalismo ascendente no Brasil e, conseqüentemente, em Minas Gerais, mesmo porque, os políticos responsáveis pela Reforma seguiam o viés liberal.

Nesta fase se encontra a difusão sistemática dos ideais da Escola Nova, período em que a literatura educacional, além de se expandir, se altera qualitativamente, dada a frequência com que se publicam trabalhos sobre assuntos referentes à “nova pedagogia”. Ao mesmo tempo se difundem as novas idéias e aparece a nova literatura, se processa a infiltração do escolanovismo no movimento reformista da instrução pública: na década de 1920 tenta-se, pela primeira vez, realizar o novo modo de estruturação das instituições escolares. (NAGLE, 2001, p. 310).

A Reforma Francisco Campos foi fruto de pensamentos e movimentos de caráter modernista e revolucionário, como o próprio escolanovismo, referido pelo autor acima. Os ideais dos reformadores iam ao “[...] descompasso entre forças sociais dominantes (a oligarquia) e forças sociais emergentes (a modernização)” (CARVALHO e CARVALHO, 2013, p. 146). Todavia, cabe ressaltar que, segundo os autores, as ideias de liberdade e educação para todos não se sustentaram no discurso de um dos reformadores – Francisco Campos – visto que, o liberal tornou-se Ministro da Justiça do Estado Novo, contrariando o discurso liberalista defendido quando atuava em Minas Gerais. Isso revela que os seus interesses estavam mais voltados para as “forças conservadoras” – a elite mineira – do que as “forças emergentes” – a modernização (*ibidem*).

Assim, foi desenhado um projeto de sociedade, que obedecesse a premissa de desenvolvimento e progresso do estado mineiro, assim como estava sendo no contexto nacional, no qual a educação era a força motriz desse desejo. Todavia, como vimos, muitos de seus objetivos ficaram na teoria. Entretanto, o que percebemos é que essa proposta de educação exigia uma nova arquitetura escolar que foi materializada, a partir de seus símbolos e significados, nos projetos dos grupos escolares criados por todo o estado de Minas Gerais e também na cidade de Ituiutaba, foco de nossa observação.

4. A CULTURA MATERIAL DO GRUPO ESCOLAR VILLA PLATINA: a arquitetura

[...] o Grupo Escolar de Villa Platina passou a ocupar um prédio adequado na área central da cidade, constituindo-se um verdadeiro palácio (FARIA FILHO, 2000) em Ituiutaba, estabelecendo-se na ordem republicana que se impunha, especificamente na capital mineira (FERREIRA E CARVALHO. 2009, p. 80)

Com a interiorização das ideias de progresso, representado pela sequência de implementações de grupos escolares, foi criado em Ituiutaba, cidade da região do Triângulo Mineiro, o Grupo Escolar Villa Platina a partir do decreto 2.327 de 23 de dezembro de 1908, publicado também no “Diário de Minas Gerais” – Órgão Oficial dos Poderes de Estado” (ano XVII, nº: 304:1) e funcionamento em 1910. Com a aquisição de um prédio já existente, concedido por particulares, que antes, objetivavam funcionar um orfanato naquela construção (RIBEIRO; SILVA, 2009).



Figura 1: Inauguração do Grupo Villa Platina em 1910
na gestão do prefeito Fernando de Alexandre

Fonte: Documentos da E. E. João Pinheiro

Vemos na figura 1, que o primeiro prédio do Grupo Escolar Villa Platina (alugado), não trazia em sua estrutura a suntuosidade que se esperava para essas escolas, como acontecia nos grandes centros, mesmo assim, o prédio já apresentava características arquitetônicas baseadas no higienismo com grandes janelas que possibilitariam a circulação do ar e uma boa iluminação do ambiente. Vemos também uma bandeira do Brasil, um símbolo importante da república, bem como a organização quase militar dos indivíduos que participavam da cerimônia, demonstrando que seria uma instituição de disciplinamento social, além da semelhança com os casarões do período, reforçando a ideia de a escola constituir-se uma extensão do lar (ver imagens 1, 2 e 3).

Nesse sentido, podemos considerar que o objetivo dessa semelhança era tornar o prédio uma extensão do lar, tendo não só aceitação da população dessa nova proposta pedagógica impressa nos grupos escolares, mas também das moças que concluíam o curso normal, predominantemente de famílias abastardas. Ressaltamos, então, que, tal alusão fazia com que as professoras – e a sociedade – enxergassem o magistério como uma atividade ligada à maternidade, naturalizando a desvalorização e desconfigurando o sentido da profissão docente.



Figura 2: Sede da Faz Zé Marciano, Campo alegre – Dec. 40

Fonte: Portal de Ituiutaba



Figura 3: E. E. João Pinheiro em uma notícia de 1944 veiculada no Jornal Folha de Ituiutaba – MG

Fonte: Folha de Ituiutaba – MG



Figura 4: *Mansão Antiga na Rua 26 com Av. 15 S/D*

Fonte: *Portal de Ituiutaba*

Como podemos ver nas imagens anteriores, identificamos alguns elementos na arquitetura dos prédios que se relacionam. Vejamos: na primeira figura, temos um casarão de uma fazenda da década de 1940 no qual temos como elemento comum com a figura 2, os janelões. A mesma concepção típica do higienismo estava presente nas edificações familiares e nas escolas.

Outro aspecto identificado foram o muro e os degraus na entrada principal, componentes comuns entre as figuras 2 e 3. Os muros baixos permitiam a contemplação de quem passava e os degraus conotava a elevação da suntuosidade daquelas edificações. Ou seja, tais observações reforçam o que apontamos ao inferirmos que a escola, a partir de, essencialmente, sua arquitetura, daria o sentido de segundo lar tanto para as crianças como para as professoras.

A tentativa de demonstrar, por meio da arquitetura, essencialmente, características de modernidade, se justifica por que “com os Grupos Escolares, a República Brasileira tenta imprimir, via educação, a concepção de Estado-Nação, implícita a ela, a República” (p. 55-56), e com isso, construir uma imagem de país desenvolvido, próspero, urbano e civilizado.

Criado o Grupo Escolar de Villa Platina em uma edificação pertencente a um particular, viu-se a necessidade da construção de um prédio próprio para a instalação da instituição. Em 1924, na administração do Agente Executivo João Martins de Andrade, foi

desapropriado um terreno para sua nova construção, sendo iniciadas as obras apenas no ano seguinte.

A inauguração do novo prédio aconteceu no ano de 1927, culminando com a mudança do nome de Grupo Escolar de Villa Platina para Grupo Escolar João Pinheiro, em homenagem ao governador responsável por sua criação.

4.1 As reformas do Grupo Escolar Joao Pinheiro

Ao longo de sua história, a atual Escola Estadual João Pinheiro passou por algumas reformas, muitas delas em decorrência de iniciativas políticas para o melhoramento do prédio, outras, em razão de reivindicações populares, resultado do abandono do poder público. De todo modo, cada reforma representou representaram marcos importantes na história desse prédio e do município que o abriga, as quais serão descritas e analisadas nos parágrafos que se seguem.

De acordo com a notícia do jornal uberabense “Lavoura e Comércio”, em “Notícias de Ituiutaba”, de 04 de outubro de 1944, iniciou-se a construção do Refeitório João Martins de Andrade, anexo ao Grupo Escolar João Pinheiro, para beneficiar as crianças pobres que frequentavam a instituição. A conclusão da obra deu-se no ano seguinte, conforme se vê na notícia abaixo:

Por iniciativa do dr. Ciro Franco e com o auxílio da população local, está sendo construído, anexo ao grupo escolar “João Pinheiro”, desta cidade, um pavilhão onde será instalado o “Refeitório João Martins de Andrade”, destinado a alimentar os alunos pobres e sem recursos que frequentam aquele estabelecimento de ensino (LAVOURA E COMÉRCIO, 04/out/1944).

Com isso, percebemos que a expansão dos grupos, mas, a realidade das pequenas cidades do interior do país foi bem diferente dos prédios monumentais criados nas capitais escolares, tanto que a partir da década de 1930, o ensino primário foi se precarizando gradativamente e o perfil do alunado muda, passando a ser a maioria crianças pobres. Ressaltamos que população escolar deste nível de ensino, nos anos anteriores, era majoritariamente elitizada. Com as mudanças, essa elite passou, então, a ocupar os colégios confessionais, que ganharam fôlego neste período em que as ações governamentais (ou a falta

delas) sucateiam o ensino primário brasileiro, não ficando de fora, Ituiutaba e as demais cidades do Triângulo Mineiro.

Debruçando-nos sobre o que noticiava o periódico que circulava na cidade, identificamos algumas narrativas que denunciavam o agravamento do ensino primário tijucano, impressos na decadência estrutural do prédio do Grupo Escolar João Pinheiro, como se vê na notícia intitulada “Clamando no deserto”, do Jornal Folha de Ituiutaba, de 28 de outubro de 1950:

É deplorável, dolorosamente deplorável, a situação de quasi mil crianças residentes nesta cidade, impedidas de iniciar ou prosseguir o curso primário, simplesmente porque um grupo encontra-se há vários meses, aguardando o início de reformas imprescindíveis, há muito autorizadas e jamais iniciadas.

Nota-se a frustração do redator em suas palavras acima, também no decorrer da notícia sobre omissão do poder público quanto ao ensino primário, sendo, segundo a reportagem “um dos maiores entraves” ao progresso do país. Nesse caso, não só a ausência de investimento em formação de professores e articulação de políticas públicas, mas, o abandono às necessidades materiais, a saber, o mobiliário e arquitetura de um prédio, como o caso da instituição investigada, que foi criada com um propósito revolucionário de instrução pública e desenvolvimento local (reflexo do ideário nacional) para ser um templo do saber, tornando-se, nada menos que construções razoáveis, mas, convergente com o perfil econômico da pequena cidade.

No ano de 1952, o Jornal Folha de Ituiutaba noticiou, ainda, a continuidade do abandono ao prédio, com a manchete intitulada “Incalculáveis prejuízos à instrução pública local com a interdição das aulas do grupo escolar João Pinheiro, em virtude do péssimo estado de conservação de seu edifício” descreve as características físicas da precariedade do edifício. Vejamos:

Há tempos que o prédio do grupo escolar João Pinheiro, desta cidade, não oferece as mínimas condições de higiene e segurança constituindo por isso uma séria ameaça à vida dos alunos e professoras daquele estabelecimento de ensino. Assoalho esburacado, reboco desprendendo, portas e janelas, caídas umas e ameaçadoras outras, forros despencando, instalações sanitárias obstruídas, tudo, em fim, tornou, ali, o ambiente irresponsável (05/mar/1952).

Percebemos, assim, as péssimas condições físicas do prédio da que foi a primeira iniciativa de instrução pública urbana em Ituiutaba, sabendo que já havia segundo a

reportagem, a autorização para a reforma, faltando apenas o recurso para tal, o que se estendeu por tempos seguintes. Ainda na manchete, o redator destaca que as salas da escola haviam tornado ponto de prostituição, escandalizando mais ainda a população da época, indo contra o que projetava como o ideal da função educativa, moral e civilizadora de uma instituição escolar.

Tendo em vista a situação do prédio e a demora de providências do poder público, mesmo com apelo do periódico e da população¹⁴,

Em 18 de maio de 1952 um incêndio avassala com Grupo Escolar João Pinheiro destruindo a biblioteca, grande parte do assoalho, o teto todo do pavilhão central. Este Grupo ficou fechado por mais de um ano, devido a negligências políticas e mesmo depois de acabada a construção do prédio, ainda manteve-se fechado por falta de mobiliário. Inúmeras crianças foram prejudicadas, ficando sem aulas. A cidade já não tinha escolas suficientes para atender a demanda de alunos [...] a situação se agravou [...] (INÁCIO, RIBEIRO, SILVA e SOUZA, 2010, p 13).

Especula-se que o que provocou o incêndio foi a indignação da população pelas condições do prédio e omissão do poder público em reformar a estrutura da instituição. Todavia, dentre outras explicações que se sabe sobre o incêndio no prédio do grupo escolar, não ultrapassa o campo da especulação, sendo ainda um mistério a causa do suposto acidente.

No ano seguinte ao ocorrido, 1953, foi publicada a notícia intitulada “Concluída a reforma do Grupo Escolar João Pinheiro”, uma obra que custara, segundo o periódico, um montante de Cr\$ 413.000,00. Todavia, como mencionado pelos autores, a escola continuava desativada pela falta de mobiliário, como se vê:

¹⁰ Na notícia citada, o jornal apresenta um telegrama de um pai de aluno do Grupo Escolar João Pinheiro ao, então, governador do estado de Minas Gerais, suplicando providências. Oito dias depois (13 de março), o mesmo jornal publica a resposta de JK, discursada em rádio, sobre o recebimento do telegrama e que encaminhara a súplica aos órgãos competentes da união para a tomada de providências sobre o assunto.



Figura 5: Folha de Ituiutaba - “Concluída a reforma do Grupo Escolar João Pinheiro”(09/mai/1953).

Fonte: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal.

Transcrição: ficaram inteiramente concluídas há alguns dias, as amplas obras de reforma por que passou o Grupo Escolar João Pinheiro, desta cidade. Desta forma, o reinício do funcionamento daquele estabelecimento, inativo há mais de ano, com sérios prejuízos para a nossa infância, depende, agora, da chegada de seu novo mobiliário, o que deverá verificar-se dentro de breves dias.

Segundo se informa, as referidas obras montaram em Cr\$ 413.000,00.

Após o incêndio, o Grupo Escolar João Pinheiro passa a dividir, por período indeterminado, o espaço precário da Casa da Cultura (prédio onde funciona atualmente o Museu de Antropologia de Ituiutaba – MUSAI) com o Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva¹⁵. Como se percebe na manchete do periódico que circulava no município:

¹⁵ O Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas teve sua criação no ano de 1947 pelo decreto 2.395, de 31 de janeiro e publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 1º de fevereiro do mesmo ano. Foi o segundo, em ordem de criação, no atual município de Ituiutaba. No trabalho de Lima, Neto e Ribeiro (2013), intitulado “ESCOLA PÚBLICA EM MINAS GERAIS: GÊNESE DO GRUPO ESCOLAR ILDEFONSO MASCARENHAS DA SILVA (ANOS 1940-50)”, os autores trazem que o grupo, em sua gênese, “recebeu” um prédio alugado, em condições estruturais e materiais ruins de funcionamento. Todavia, no mesmo ano, o proprietário do imóvel o tomou de volta e, nesse caso, o grupo passou a dividir espaço com o Grupo Escolar João Pinheiro. As duas instituições funcionaram juntas, segundo os autores, por 30 anos (1947-1977), quando, por insistência da comunidade intraescolar, “concederam-lhes um prédio próprio e, dessa maneira, dos dois grupos seguiram suas atividades em espaços distintos.

Verba para edificação do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas, dos atendimentos mantidos recentemente entre o Prefeito Municipal, Sr. Antonio de Souza Martins, e o Secretário da Educação, Sr. José Augusto, resultou o empenho da verba de Cr\$ 400.000,00, restante do semestre destinada à construção do prédio próprio do Grupo Escolar “Ildefonso Mascarenhas da Silva”, estabelecimento que, como é do conhecimento geral, de há muito funciona, a título precário, no edifício do Grupo Escolar João Pinheiro. (FOLHA DE ITUIUTABA, 1955, p. 2).

No dia 10 de janeiro de 1959, é noticiada por este mesmo jornal atos de vandalismo contra o prédio do grupo. Segundo o periódico, “(...) o Grupo Escolar João Pinheiro vem sendo alvo de sucessivas depredações” (FOLHA DE ITUIUTABA), o que acarretava em graves prejuízos ao Estado e também vulnerabilizar os que ali frequentavam. De acordo com o informe, os “moleques” danificavam material escolar, livros e móveis, afirmando ainda que, a cantina da escola era alvo constante de perseguição daqueles indivíduos.



Figura 6: Notícia no jornal Folha de Ituiutaba – Depredações no Grupo João Pinheiro (10/jan/1959).

Fonte: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal.

Transcrição: Depredações no Grupo João Pinheiro

Moleques desocupados, os autores dos atos de vandalismo

De uns tempos desta data o Grupo Escolar João Pinheiro vem sendo alvo de sucessivas depredações, as quais, além dos prejuízos que acarretam a um próprio do Estado, mantêm em constante sobressalto os responsáveis pelo seu funcionamento.

Moleques desocupados, aproveitando do período de férias quando ninguém permanece no prédio, ou às primeiras horas da noite, saltam os muros do estádio da Juventude e, mesmo, os da frente do edifício, na Rua 20, arrebentam os vidros das bandeiras, nas janelas e portas, e penetram em seu interior, onde por exclusivo espírito de maldade, cometem toda a sorte de desatinos, danificando móveis, livros e material escolar. A cantina do Grupo é outra dependência constantemente perseguida pela sanha desses pequenos maus elementos

Estamos informados de que a diretora, Profa. Araci Saraiva já pediu providências às autoridades, mas as depredações, infelizmente prosseguem, aumentando a cada dia o vulto dos prejuízos causados àquele próprio público, eis porque nos servimos deste registro para apelar, uma vez mais, para os responsáveis, no sentido de que ponham um paradeiro nesses lamentáveis atos de vandalismo (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/jan/1959).

Mesmo com a reforma em 1953, nota-se que a ainda no ano 1961 a instituição continua em estado de precariedade física, resultado das fragilidades provocadas pelas depredações de outrora. Quanto às depredações, não se sabe ao certo os motivos que levaram esses indivíduos a atacarem o prédio, mas pode-se imaginar uma espécie de revolta ou protesto pela ausência do Estado em garantir o acesso à educação para o conjunto da população, tendo em vista que, por diversos momentos os alunos que frequentavam aquela instituição eram da elite tijuicana.

Todavia, em notícia datada de 23 de dezembro de 1961, o Jornal Folha de Ituiutaba traz a manchete intitulada “Quase dezesseis milhões de verbas orçamentárias para Ituiutaba e Região”, no qual dizia que no ano seguinte, 1962, chegariam à cidade verbas para as instituições e a Caixa Escolar do Grupo Escolar João Pinheiro receberia um montante de Cr\$ 10.000.000,00.

Portanto, após esta reforma a escola seguiu com as portas abertas e no ano 1973 tem seu nome modificado para Escola Estadual João Pinheiro, em detrimento das reformas educacionais da Lei 5692/1971, em 1984 teve a extensão do ensino, atendendo não só as séries primárias (1^a à 4^a série), mas também o 2^o ciclo do 1^o grau (5^a à 8^a série).

Em 1986, o prédio passa por uma nova e importante reforma, visando atender aos novos alunos que ingressariam na instituição após a extensão de séries. Conforme expresso na imagem abaixo podemos ver que houve a ampliação do prédio com a construção de 1 anexo com 3 novas salas. Tal mudança representou um marco para a educação pública de Ituiutaba, pois, abriria espaço para a entrada de mais estudantes que concluíam o Ensino Primário e não dispunham de espaço para o término das séries subsequentes.



Figura 7: : Placa memorial da construção de novas salas na Ala direita da Escola Estadual João Pinheiro

Fonte: E. E. João Pinheiro

A última mudança na estrutura do prédio aconteceu entre os anos 2011 a 2015, atendendo algumas demandas educacionais da contemporaneidade (principalmente, com a construção do laboratório de informática e sala multiuso – auditório). Mesmo o prédio sendo um patrimônio histórico do município, a administração escolar trabalhou em prol das adaptações fundamentais para a continuidade e funcionamento do trabalho educativo na instituição. Dentre as modificações estão: a construção de uma sala de multiuso, ampla biblioteca, cozinha industrial, banheiros feminino e masculino com acessibilidade; além de pintura na área interna da escola, reforma nos banheiros masculino e feminino de alunos, reforma geral do prédio e telhado e a construção de uma sala de informática.

Dentre as modificações recentes, uma das mais significantes para o período é a sala de informática. Mesmo que a necessidade de construção de um espaço como este devesse ter acontecido pelo menos no final da década de 90 ou início dos anos 2000, entendemos que a compreensão da relevância desse ambiente de construção e socialização do saber com o potencial que é uma sala de informática é de grande valia para se pensar o processo de ensino e aprendizagem e refletir sobre a identidade educacional de uma instituição de ensino,

aproveitando o rico potencial do espaço escolar, sendo este “[...] o principal canal de acesso para a inclusão tecnológica” (LEVY, 2001, p. 132)

As teorias de aprendizagem atuais revelam que não só dentro de uma sala de aula tradicional que se constrói conhecimentos, mas outros, em especial, a sala de informática, por possuir dois componentes essencialmente importantes para o pensar nos processos de aprendizagem na contemporaneidade que são o computador e a internet. O aproveitamento correto deste espaço contribui para o desenvolvimento cognitivo, e o acesso à internet, segundo Moran “[...] facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece (2000, p. 53)”.

A respeito dos demais espaços da escola, a planta baixa que segue podemos observar nas linhas vermelhas as mudanças no projeto arquitetônico original do prédio. Por conta da indisponibilidade da planta mais antiga, ou seja, da edificação originária ou mesmo da estrutura inicial do atual prédio, analisaremos apenas as informações contidas na planta atual (2011) apresentam elementos de sua edificação primária, bem como as modificações sofridas ao longo de sua história, permitindo-nos entender e refletir sobre os possíveis significados revelados em suas reformas.



Figura 8: Projeto Arquitetônico da Escola (2011)

Fonte: Documentos da E. E. João Pinheiro

Observando a planta da edificação (figura 2), percebemos que todas as 13 salas de aula do prédio estão voltadas ao pátio central, com exceção dos pavilhões mais novos, onde foram instaladas a sala de informática, a biblioteca - à esquerda - e a sala multiuso - à esquerda -, assim como, a sala da direção, o que revela um importante elemento da arquitetura interna dessas edificações: observação dos movimentos dos discentes e docentes entre as salas de aula e pátio.

Os corredores estreitos que ligam as duas principais alas do prédio da Escola Estadual João Pinheiro são exemplos de uma intencionalidade disciplinadora, uma vez que impede a circulação simultânea de um maior número de alunos, possibilitando o maior controle desses indivíduos. Tal atitude remete às ideias de Foucault (1976) na obra *Vigiar e Punir*, em que objetiva-se ter visão e controle sobre os indivíduos, para a consequente punição, caso algum destes façam algo que não esteja no ideal do padrão de comportamento esperando, especialmente em instituições escolares com caráter pedagógico tradicional.

4.2 Vigilância, punição, disciplinamento e higienismo na arquitetura do Grupo Escolar João Pinheiro

As características arquitetônicas presentes na planta do prédio em questão nos fazem refletir sobre punição, disciplinamento e vigilância, pois, demonstram a presença do modelo tradicional de organização espacial e arquitetônica de uma escola disciplinar, sua estrutura panóptica característica de construções escolares do final do século XIX e início do XX. Para Foucault:

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce (1987, p. 204).

Embora em sua obra, Foucault utilize de uma análise (crítica) voltada para a arquitetura de prisões, Funari e Zaranin (2005), fazem uma referência deste modelo impressos nos grupos escolares de Buenos Aires, afirmando que estes prédios produziam a imagem de

“verdadeiras cadeias de panópticos, conectadas entre si por corredores, passagens estreitas ou escadas” (p.140). Os autores apontam, também, aquilo que discutimos acima, que as fachadas dessas edificações buscavam traduzir a imagem das grandes casas do período, além de caracterizar uma ideia de modernidade. O que nos leva a reforçar o objetivo da criação e construção desses prédios no início da república brasileira: o rompimento com o passado imperial e implantar por meio da educação os princípios de progresso almejado.

Outro aspecto relevante da instituição estudada é sobre a organização espacial. Segundo Santos (2009),

A espacialização escolar é parte integrante da arquitetura, que ocorre através da separação das salas e disposição das carteiras, visando a economia de tempo. Nas escolas modernas o tempo passa a ser um aspecto primordial. Com os grupos escolares, ocorre uma redefinição de espaço/tempo, estabelecendo-se a implantação de um modelo mais racional (p. 15)

A respeito da afirmação do autor, pode-se observar na imagem abaixo a disposição das carteiras em uma sala de aula da instituição pesquisada. Além do caráter disciplinador e exigência de ordem, acreditamos que essa prática, de organizar em fileiras, em espaços ordenados, contribuía para o controle do professor e cumprimento da ordem, além de, talvez, uma tentativa de otimização do espaço e do tempo, característico da escola moderna, como anunciado acima pelo autor citado.



Figura 9: Sala de aula da Escola Estadual João Pinheiro

Fonte: Documentos da E. E. João Pinheiro

Outro elemento identificado na arquitetura da instituição estudada é a presença de características higienistas. O higienismo pode ser considerado um movimento, assim como, um mecanismo de combate às epidemias que assolava a população brasileira em meados de século XIX e primeiras décadas do século XX. O discurso tomou caráter político, adentrando no terreno escolar, influenciando não só a prática docente, no que diz respeito a promoção dos “bons costumes” - evitando assim, a disseminação de doenças -, bem como, interferindo na dimensão física escolar, essencialmente, nos grupos escolares, com uma arquitetura pautada no combate à insalubridade do ambiente. Assim, “os grupos escolares deveriam ser um lugar agradável, sóbrio, limpo, com ar, luz, e, acima de tudo, hospitaleiro” (SANTOS, 2009, p. 12).

O movimento higienista foi protagonizado pelos denominados “Médicos higienistas” ou sanitaristas, que tiveram grande autoridade política e ideológica onde atuavam, principalmente, no campo da saúde popular e educação. A sua atuação, sobretudo, na nas escolas causou impactos na organização curricular, prática docente, até mesmo na arquitetura escolar, essencialmente, do novo modelo crescente na recém República: os grupos escolares.

O objetivo do movimento era civilizar a população a partir de hábitos que promovessem a saúde por meio da higiene. Apoiado por intelectuais e autoridades políticas da época, esses médicos agiam com o discurso de modernizar a sociedade. Tendo em vista que já havia um deslocamento considerável da população rural para os grandes centros do período, criando campos propícios para o alastramento de doenças, que segundo aqueles profissionais, eram intensificadas pela ausência de hábitos de higiene na população.

Mesmo sendo reverberado o discurso higienista, apenas no século XX, no contexto brasileiro, a discussões e produção científica no campo da medicina já havia iniciado no século anterior. De acordo com Gondra (2004) *apud* Abreu Junior e Carvalho (2012):

Nos cursos de medicina em nosso país, desde 1840 são defendidas teses pelos médicos, em seus trabalhos de conclusão do curso, que propõem desde a seleção de locais e modos para construir escolas, passando por medidas para a disposição das salas de aula, até os exercícios físicos para robustecer o corpo e restabelecer a saúde do aluno (p. 428).

O discurso higienista, reverberado nas primeiras décadas do século XX, não só abrangia os aspectos educacionais, mas a orientação de costumes para vida social de forma geral.

Isso significava incluir no espectro das medidas fundamentadas pelo discurso médico-pedagógico diversas práticas, como cuidados com a higiene corporal, vestimentas mais adequadas ao clima e até indicações para as construções arquitetônicas, como o tamanho apropriado das salas e a posição das janelas (Gondra, 2004 apud ABREU JUNIOR e CARVALHO, 2012, p. 432-433).

Como se vê, a arquitetura também entrava no ideário higienista de transformação educacional, de modo que a organização espacial colaborava para os objetivos de aprendizagem propostos por aqueles profissionais, essencialmente, os médicos, por acreditar-se, na época, que na medicina encontrava-se o saber científico) eram os principais responsáveis pela implantação de tais propostas. Desse modo, percebe-se que no processo de efetivação das propostas higienistas para educação, os profissionais envolvidos – médicos, advogados, engenheiros e professores - “produziram discursos que defendiam uma pedagogia salvacionista para os males que afligiam o povo brasileiro” (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012, p. 428)

A criação da Associação Brasileira de Educação – ABE - foi um dos palcos de discussão do higienismo no Brasil. Criada em 1924, segundo Abreu Júnior e Carvalho (2012), “a ABE pretendia fazer da educação institucionalizada a principal transmissora dos valores prevaletentes da época, quais sejam a higiene, a moral e o patriotismo” (p. 429). Os membros da Associação ocupavam posições de autoridades da sociedade da época e seus interesses, em muitos momentos divergiam, dificultando a efetivação do projeto educacional e de sociedade que era vislumbrado com a manutenção dessa entidade.

Nesse sentido, percebemos que as influências higienistas permearam o ideário educacional na Primeira República de modo a interferir até na organização espacial das escolas em prol da manutenção de ideias conservadoras de intelectuais, médicos e educadores do período. As intervenções iam desde a dimensão curricular, metodológica e, essencialmente, arquitetônica, como elaborado nesta pesquisa, identificadas na figura abaixo.



Figura 10: Grupo Escolar João Pinheiro S/D
Fonte: Portal de Ituiutaba

Como se vê, nas três figuras, de momentos distintos da instituição investigada, há a presença das janelas grandes, para a entrada de luz natural e ar, e de estruturas das paredes altas para melhor circulação do ar que penetrava pelas aberturas das janelas. Esses aspectos específicos, na arquitetura da época, indicavam a preocupação com a saúde dos alunos, como forma de minimizar e/ou impedir a proliferação de enfermidades nos ambientes escolares – elementos predominantes no discurso higienista da época.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grupo Escolar Villa Platina, atual Escola Estadual João Pinheiro foi e é uma instituição que carrega em si grandes marcas sobre a educação pública do atual município de Ituiutaba. Foi protagonista regional de anseios republicanos, tendo sua gênese em um lugar que ainda era vila. O ideário republicano de educação, instituído nos grandes centros e impressos na figura dos grupos escolares, chegara ao interior da Recém República com promessas de revolucionar a instrução pública e garantir dignidade e “civilidade” ao povo da antiga Villa Platina.

Com uma arquitetura, dita por alguns como “suntuosa” e “monumental”, o grupo foi criado e deu início à sua história no pontal do Triângulo Mineiro, alimentando a esperança do povo no que se referia ao futuro da educação da localidade, ainda mais com a construção do prédio próprio em 1927, conferindo ao espaço um real status de grande edificação, possuindo traços arquitetônicos mais fidedignos a outros grupos criados em diversas cidades brasileiras.

Todavia, mesmo com o discurso republicano envolto da criação de um grupo escolar em Villa Platina, tampouco o estado Mineiro conseguira sustentar as promessas de efetividade de uma educação moderna e de qualidade, pois, como vimos no decorrer da investigação, ao longo das décadas seguintes, a edificação passara por diversos problemas estruturais, impedindo a permanência de alunos em suas dependências, revelando o descaso do poder público na manutenção dessa instituição de ensino, favorecendo as instituições privadas de ensino em Ituiutaba. Mais à frente o perfil do alunado mudara (crianças pobres), o que, supostamente, pode ter desviado o olhar do estado para esta instituição, abandonando-a, como vimos nas notícias citadas ao longo do texto. Nesse caso, percebemos que a influência da elite da época interferia nas decisões políticas no tocante à educação pública.

Essa pesquisa, que visou refletir sobre a cultura material presente na arquitetura, a saber, criação e reformas, nos revelaram elementos importantes para pensar a história da instituição e da educação ituitabana. Ao analisar o grande espaço de tempo em que a escola permaneceu fechada após contínuos descuidos com suas condições físicas e um incêndio que, até então, não se sabe a natureza causadora, percebemos um estado ausente com seus compromissos com a educação pública, tornando-se um quadro contínuo na História não só de Ituiutaba, mas num contexto nacional. A omissão do Estado é uma realidade desde os primórdios da história brasileira, a partir da educação, perpetuando, mesmo com discursos suspeitos de modernização da educação nacional, como foi no início da República.

Em relação a alguns dos pontos que fizeram parte desta investigação, destacamos a disciplina, a vigilância, o disciplinamento e o higienismo. Tais elementos se constituíram como parte das marcas históricas da arquitetura do prédio estudado. As características apresentadas e analisadas nos ajudaram a forjar uma ideia sobre a cultura material presente nesses traços arquitetônicos nas reformas e permanências na estrutura do prédio até o momento

Essas marcas impressas nas modificações (reformas) e permanências da instituição demonstram que cada período correspondeu a um contexto político, histórico e social vivenciado tanto na dimensão nacional como local e as interferências políticas e sociais foram fundamentais para entender a história da atual Escola Estadual João Pinheiro. Uma dessas marcas podemos perceber nas reformas estruturais no prédio nos anos 1980, na qual foram construídas novas salas para atender as mudanças no campo da educação oriundas das reformas educacionais da década de 1970. A extensão de séries na principal e mais antiga escola pública de Ituiutaba significou muito para a compreensão dos avanços na instrução pública no município, em relação a tantos outros espalhados pelo país.

No que se refere às mudanças estruturais mais atuais, vimos que a escola buscou se adequar as demandas da contemporaneidade, como a construção da sala de informática e sala multiuso, por exemplo, revelando importante passo para se pensar a educação em suas dimensões no contexto atual de necessidades educacionais. Todavia, algumas mudanças poderiam e podem ser feitas, respeitando a historicidade e singularidade arquitetônica do prédio que, embora não discutido no texto, percebe-se na observação da edificação a ausência de elementos de acessibilidade o que provoca a exclusão desse público específico, o que pode conotar em dificultadores para a promoção de práticas inclusivas, pautas fundamentais, essencialmente, na discussão de arquitetura escolar (que pode, perfeitamente, fazer parte de reflexões em outras discussões).

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do século XX. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 10, núm. 3, novembro, 2012, pp. 427-451.

ARAÚJO, J. C. S. Da singularidade do “João Pinheiro” de Ituiutaba-MG, ao ideário republicano em torno dos grupos escolares. In: RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da. **Primórdios da escola pública Republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003, p. 163-177.

BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bessanezi. **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/er/a/FJghRmsfGKdBkyzrRLyKwXs/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 20/mai/2019

BENCOSTTA, M. L. A. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

BENCOSTA, M. L. A. A. Escrita da arquitetura escolar na historiografia da educação brasileira (1999-2018) **Revista brasileira de história da educação**, V. 19, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47249/pdf> > Acesso em: 16/abr/2019.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira de. Educação e modernização em Minas Gerais: os princípios da Reforma Francisco Campos (1926–1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 139-156, jun., 2013. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640269/7828> >. Acesso em: 17/jun/2020

CHAMON, M. L.. **Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830–1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DOREA, C. R. D. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Editora UFPR. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/er/a/VRRQSPBcDhQscb7bYn4C5Qq/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 10/fev/2019.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FARIA FILHO, L. M.. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p.19-34, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt> > . Acesso em: 22/jul/2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. **A reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica**. In: minas gerais, 2000, p. 39 — citação do relatório da Secretaria do Interior ao presidente do estado, 1910.

FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H.. O Grupo Escolar João Pinheiro: sua gênese e desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba (1908-1988). Org Sauloéber Társo de Souza e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. In **Do público ao privado, do**

confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: Edufu, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. Cultura Material Escolar: o papel da arquitetura. **Revista Pro-Posições**, v. 16. n. 1(46), jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2296/46-dossie-funaripp_etal.pdf> Acesso em: 14/abr/2018.

FUNARI, P. P. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bessanezi. **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

GOMES, Â. de C., “A escola republicana: entre luzes e sombras”, in: Ângela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti [coordenação Américo Freire et al.], **A República no Brasil**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC/FGV, 2002, p. 390

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

INÁCIO, C. B.; RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da; SOUZA, S. T. de. Memória de professoras primárias no Triângulo Mineiro nas décadas de 1940-1950. **Horizonte Científico**, Vol. 4. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4255>>. Acesso em 08 ago. 2020.

KING, A. Buildings and Society. **Essays on the Social Developmet of the Built Environmet.** Routledge-Keagon Paul, Boston. 1980.

LÉVY, P. **A Conexão Planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência.** , Rio de Janeiro, Editora 34, 2001.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARKUS, T. **Buildings and power: Freedom and Control in the Origin of Modern Buildings Types.** Blackwell, Oxford, 1993a.

MARKUS, T. **Buildings as social objects. Contempanion to Contamporary Architectural Thought.** Editado por B, Farmer y H. Louw. Routledge, Londres, Pp 15:20, 1993b.

MORAN, J. M. (et al). **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 6 ed. Campinas - Papirus, 2000.

NAGLE, Jorge. **Sociedade e Educação na Primeira República.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.2001

REIS, Fabiana de Arruda Resende; MARTINEZ, Silvia Alicia. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da Escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). Número temático: desenho e educação: cultura visual e cidade. **A cor das letras** — UEFS, n. 13, 2012

RIBEIRO, B. de O. L.; LIMA, V. A. de; QUILLICI NETO, A. Escola Pública em Minas Gerais: gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (1940-50). **Revista HISDEDBR On-Line**, Campinas, nº 51, p. 323-340, jun/2013. Disponível em: < Escola Pública em Minas Gerais: gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (1940-50)>. Acesso em: 10/jan/2021.

RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, E. F. da. O Grupo Escolar da Villa Platina e a Educação. Variações intrínsecas sobre um prédio determinado. Org Sauloéber Társo de Souza e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro. In **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX**. Uberlândia: Edufu, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

SCHUELER, A. F. M. *de.*; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Revista Tempo**, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13/mai/2020.

SILVA, J. B. **O Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba**: reflexões sobre a história da educação profissional pública do pontal do Triângulo Mineiro (1965-1969). Dissertação de mestrado. Ppged-UFU, Uberlândia-MG, 2012.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

TRILLA, J. **Ensayos Sobre Ia Escuela**; EI Espacio Social y Material de Ia Escuda. Barcelona: Alertes, 1985.

VIDAL, D. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971), Campinas, Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, D. Escola Nova e processo educativo. **500 anos de educação no Brasil**. Org. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, - Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608p.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F.. In: **MINAS GERAIS**, 2000, p. 45.

VIÑAO FRAGO, A. Currículo, espaço e subjetividade: **a arquitetura como programa**. Org.: Antônio Viñao Frago e Augusto Escolano: [tradução Alfredo Veiga Neto]. 2. Edição – Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p.

YAZBECK, Lola. O estado e a organização da educação republicana em minas gerais. Ed. Foco, n. Especial p.129-130 - mar/ago 2007.

ZARANKIN, A. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: o caso de Buenos Aires. Tese** (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2001

FONTES

JARDIM, George C; JARDIM, Raul. Notícias de Ituiutaba. **Lavoura e Comércio**. Uberaba, 04 out. 1944. nº 10.646. p. 1; 4. Hemeroteca Digital. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/830461/4316>>. Acesso em 08 ago. 2019.

JARDIM, George C; JARDIM, Raul. Ituiutaba sob os influxos de uma administração evoluída e fecunda. **Lavoura e Comércio**. Uberaba, 06 jul. 1945. nº 10.885. p. 1; 28. Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830461/5669>>. Acesso em 08 ago. 2019.

MINAS GERAIS. Decreto 1.960 de 16 de dezembro de 1906 – **Regulamento da Instrução Pública e Normal do Estado de Minas**, 1906, APM.

MINAS GERAIS.. **Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas**.. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. **Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas**.. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. Concluída a reforma do Grupo Escolar João Pinheiro. **Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, 09 mai. 1953. Nº 596. P. 1. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. / Dalva Maria de Oliveira Silva (coord.) – Ituiutaba: UFU, CEPTOMP, 2015. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B5jG-lx_Z1wNZ1pzX0pTbDIEMVE/view>. Acesso em 22 de abr de 2020.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. Depredações no Grupo João Pinheiro. **Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, 10 jan. 1959. n. 930. p.1 Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. / Dalva Maria de Oliveira Silva (coord.) - Ituiutaba: UFU, CEPDOMP, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B5jG-lx_Z1wNVWtVdVJISUZHvJA>. Acesso em 08 ago. 2019.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. Incalculáveis Prejuízos. **Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, 05 mar. 1952, nº489. p.1. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. / Dalva Maria de Oliveira Silva (coord.) - Ituiutaba: UFU, CEPDOMP, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B5jG-lx_Z1wNR0hmUFkwZjBkTFE>. Acesso em 08 de ago. 2016.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. Quase dezesseis milhões de verbas orçamentárias para Ituiutaba e Região. **Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, 23 dez. 1961, p.1. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. / Dalva Maria de Oliveira Silva (coord.) - Ituiutaba: UFU, CEPDOMP, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B5jG-lx_Z1wNaDh3V1JIZ3Y4dWc>. Acesso em 08 de Ago. 2016.

PAJUABA, A. Clamando no Deserto. **Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, 28 out. 1950. n° 396. p.5. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal. / Dalva Maria de Oliveira Silva (coord.) - Ituiutaba: UFU, CEPDOMP, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B5jG-lx_Z1wNa1dyRkpqZ3hQaWM>. Acesso em 22 abr. 2020.